



Eixo: Política Social e Serviço Social.
Sub-eixo: Política de Educação.

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COMO POLÍTICA PÚBLICA DE FORMAÇÃO DE JOVENS PARA O MERCADO DE TRABALHO

HENRIQUE MENESES RIBEIRO¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar a estreita relação que a juventude assume com a educação profissional e os desafios postos para a efetivação da política de profissionalização. A metodologia utilizada foi a pesquisa documental e revisão bibliográfica de abordagem qualitativa. O contexto em que se insere a juventude brasileira exige, por parte da sociedade, e do poder público, o reconhecimento de suas necessidades diante das transformações e inseguranças do mundo contemporâneo, visto que, as implicações diretas recaem sobre os segmentos sociais menos privilegiado, inclusive, quando se trata de mercado de trabalho.

Palavras-chave: Juventude; Educação Profissional; Mercado de Trabalho.

Abstract: The purpose of this article is to present the close relationship that the youth assumes with professional education and the challenges posed for the implementation of professionalization policy. The methodology used was documentary research and bibliographic review of a qualitative approach. The context in which the Brazilian youth are inserted demands from society and from the public power the recognition of their needs in the face of the transformations and insecurities of the contemporary world, since the direct implications fall on the less privileged social segments, including , when it comes to the labor market.

Keywords: Youth; Professional education; Job market.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, as questões sobre a juventude vêm adquirindo um novo *status* no marco social e institucional (CARVALHO, 2004), de modo que as mesmas sejam discutidas e inseridas na arena das políticas públicas.

Assim, dentre as diversas razões que inscreveram a temática da juventude como questão social, explicitam-se duas abordagens principais. A primeira delas faz referência aos “problemas” que são rotineiramente associados aos jovens (como a delinquência, o comportamento de risco e a drogadição, entre outros), que demandariam medidas de enfrentamento por parte da sociedade. A segunda, por sua vez, entende a juventude como fase

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Piauí. E-mail: <henriquemeneses.as@gmail.com>.

transitória para a vida adulta, de modo que seria exigido esforço coletivo visando “preparar o jovem” para ser um adulto socialmente ajustado e produtivo (CASTRO; AQUINO, 2008).

Tomando como base essa segunda premissa e levando em consideração as novas configurações do mundo produtivo – marcado pela flexibilização da produção e reestruturação das ocupações, integração de setores da produção, multifuncionalidade e polivalência dos trabalhadores, valorização dos saberes dos trabalhadores não ligados ao trabalho prescrito ou ao conhecimento formalizado – (VASCONCELLOS; SILVA, 2015), a educação profissional emerge como uma política pública relevante para a formação de jovens para o mercado de trabalho.

Deste modo, o presente artigo analisa a relevância da educação profissional como política pública de formação de jovens para o mercado de trabalho. Para atingir tal objetivo fez-se uso de pesquisa do tipo bibliográfica tendo como aporte autores como: Pochmann (2000); Spósito e Carrano (2003); Frigotto (2004) dentre outros, os quais foram de fundamental importância na construção das reflexões acerca da juventude como questão social e da educação profissional como ação estatal de formação e qualificação de jovens para o mercado de trabalho.

Este trabalho apresenta-se distribuído em três sessões, incluindo esta desta introdução. A segunda sessão apresenta breves enfoques que permeiam a relação entre juventude e mercado de trabalho e, em seguida, na terceira sessão, discute-se a educação profissional como uma política pública de formação e qualificação de jovens para o mercado de trabalho. Por fim, apresenta-se as considerações finais contendo o entendimento e as reflexões resultantes da pesquisa.

2 JUVENTUDE, MERCADO DE TRABALHO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: uma reflexão possível no campo das políticas públicas

Entendida como “uma construção simbólica inscrita nas práticas sociais” (SPÓSITO, 2008, p. 10), a juventude representa a fase em que os indivíduos iniciam e processam suas inserções nas diversas dimensões da idade adulta

(na constituição de famílias, no mundo do trabalho e nos espaços de cidadania) (BALARDINI, 2000).

Bava e Costa (2004) entendem a juventude como uma condição histórica que também está associada à idade, podendo ser caracterizada por uma fase em que o ser humano parece sentir necessidades de experimentar sensações novas, de surpreender e ser surpreendido; é uma fase de transições em que o indivíduo necessita se integrar ao seu tempo e à sua história.

Deste modo, frisa-se que é na fase juvenil que são definidas as possibilidades e impossibilidades de inserção na vida produtiva e social, de desenvolvimento de projetos pessoais e sociais. Assim, a compreensão da juventude a partir de sua construção sócio-histórico-cultural e a reflexão sobre suas especificidades e aproximações é de suma importância para pensar as políticas de trabalho e emprego direcionadas aos jovens no Brasil.

Enquanto fase, a juventude pode ser determinada como um momento de transição, em especial no que confere aos papéis sociais dos sujeitos, uma vez que há emblemática transição entre a massificação escolar e a distribuição dos jovens no mercado de trabalho, e é nesse processo de transição que se inscrevem as políticas públicas de educação e emprego para esse segmento social (FRESNEDA; BOTELHO, 2018).

Entretanto, no contexto do desenvolvimento das políticas públicas, é preciso entender a juventude para além da ideia de uma simples fase da vida, considerando fatores diversos que contemplam esse segmento numa perspectiva de totalidade, em especial, como observam Knauth *et al.* (2006) o conjunto de elementos que garantem a autonomia material e afetiva dos sujeitos.

Tais elementos cumprem papel determinante na orientação dos jovens rumo à escolarização, à profissionalização, aos relacionamentos afetivo-sexuais, à conjugalidade, à reprodução e à participação social (LOBATO; LABREA, 2013). Depreende-se, deste modo, que no processo de transição para a vida adulta, é necessário que os sujeitos combinem este conjunto de elementos aos recursos materiais e sociais disponíveis.

Sabe-se que o acesso de jovens ao mercado de trabalho perpassa pela criação de condições favoráveis de acesso a oportunidades de emprego. Neste

sentido, Spósito e Carrano (2007) apontam que os jovens que saem antes do tempo do sistema educativo para entrar no mercado de trabalho com baixos níveis de educação formal, têm acesso aos piores empregos, geralmente no setor de baixa produtividade, e com baixos salários.

Quando o gênero é tomado como ponto para análise, o que se percebe é que as mulheres jovens costumam ter taxas de participação e ocupação mais baixas e taxas de desemprego mais altas que seus contemporâneos masculinos. Reforçando isso, Pochmann (2000) também observa que o trabalho feminino remunerado situa-se numa divisão sexual do trabalho, segundo a qual as mulheres como grupo estão em desvantagem em relação aos homens, em termos de salário, ascensão funcional, cargo e condições de trabalho.

Além dos obstáculos supracitados, cita-se a raça como um fator limitante para a inserção do jovem no mercado de trabalho. Dados do IPEA (2011) reforçam essa ideia ao apontar que a condição de desemprego está permeada por outros determinantes comuns, como gênero e raça. Dentro desse âmbito, os níveis de desemprego variam de (7%) para homens brancos, (12%) para mulheres negras, e entre os dois polos extremos, soma-se (9%) de mulheres brancas desempregadas e (7%) de homens negros.

Pochmann (2000) afirma que a chegada ao desemprego depois de situações de emprego tende a ser mais frequente entre os jovens por diversas razões, como menor experiência e menores custos de rescisão, entre outras. A inserção laboral tende a adotar formas menos estáveis e seguras, levando a uma maior rotação entre o emprego e o desemprego.

Além disso, Costa e Oliveira (2014) também confirmam que o jovem brasileiro está mais exposto a situação de informalidade e baixas remunerações no mundo do trabalho. Assim, segundo os autores, há uma estimativa de que aproximadamente dois terços da população jovem de países em desenvolvimento, como o Brasil, estejam em situação de desemprego, ou em empregos de baixa qualidade, em condições deletérias, e sem estudar. Dessa forma, considerando a potencialidade da juventude, isso representa um desperdício do potencial econômico desse segmento e agrava riscos sociais para os jovens e suas famílias.

Bajoit e Franssen (2007) chamam a atenção para o fato de que no cenário atual, para os jovens em situação precária, ou seja, os extremamente pobres, a dimensão expressiva do trabalho perde o sentido de meio de se realizar como cidadão profissional.

Entende-se, deste modo, que o sentimento de realização e utilidade por estar participando do processo de produtivo global desaparece diante das necessidades humanas da vida diária. Para estes jovens, o único sentido dado ao trabalho é que o mesmo garante a sobrevivência, não estando relacionando, assim, com o desenvolvimento pessoal do sujeito.

Nesse interim, é preciso entender que a organização do trabalho é percebida como heterônoma, ou seja, ela tende a ser reduzida ao organograma que lhe assinala um lugar, na falta de um *status* real e de uma função. Nessa linha de pensamento, a ocupação não é percebida em termos de ofício, mas de tarefas a realizar (arrumo as prateleiras) ou de uma definição institucional (trabalho como estagiário) ou ainda, permanece indefinida e marginal (BAJOIT; FRANSSEN, 2007).

Assim, o trabalho não corresponde mais necessariamente ao emprego: para alguns jovens, o trabalho é sentido como obstáculo à realização pessoal, quando antes constituía a condição necessária para essa realização. O superinvestimento de alguns no trabalho coincide com a desimplicação de outros, o elo entre a contribuição e a retribuição se atenua (POCHMANN, 2000).

Esta modificação de orientações com relação ao trabalho pode estar ligada à experiência da instabilidade. Para os jovens de meio popular, o mundo do trabalho organizado a partir do processo de produção cede lugar a múltiplos serviços, empregos cujos próprios titulares não sabem se devem qualificar de “trabalho” ou designá-los em termos administrativos: Treinamento de Capacitação Técnica – TCT; estágio, substituição (POCHMANN, 2000).

Para o autor, esta ruptura da normalidade esperada da trajetória profissional é vivida sob a forma de crise por um certo número de jovens. As preocupações com o emprego, a sobrevivência econômica, o acesso a um salário, trazem sobretudo outra consideração, particularmente, no que se refere a afirmação de uma cultura do trabalho e do ofício que se tornaram bastante

inviáveis. Por meio das formas degradadas do antigo modelo e as atitudes de distanciamento com relação aos conteúdos e ao ambiente tradicional do trabalho assalariado manifestam-se também, ora sob a forma de recusa (eu não voltarei nunca mais à fábrica), ora sob a da alternativa, uma série de atitudes novas com relação ao trabalho.

Pode-se resumi-las, falando de uma orientação básica com relação ao trabalho que tende a ser apreendido a partir das exigências de auto-realização. Estas já não se definem pelo fato do indivíduo conformar-se às exigências de um trabalho até dele adquirir etos e cultura e, sim, está no trabalho de levar em conta as aspirações individuais. É, especialmente, pela modificação da relação com o tempo e com o ambiente de trabalho que se pode apreender essa exigência (SPÓSITO; CARRANO, 2007). Os autores destacam que:

O tempo de trabalho, quando não se está envolvido, tende a ser oposto e subordinado ao tempo de vida “para si”. As identidades coletivas e a cultura do ofício dão lugar a uma sensibilidade à comunicação e ao caráter convival, isto é, interpessoal das relações de trabalho (SPÓSITO; CARRANO, 2007, p. 9).

Com respeito a essas diferentes dimensões, o mercado de trabalho é frequentemente o lugar da decepção e do desencantamento, após o espaço protegido da escolaridade. A maior parte dos jovens experimentam um fosso entre suas aspirações e a realidade concreta do mercado de trabalho. A gestão dessa defasagem dá lugar a diversas estratégias de minimização do envolvimento no trabalho e de reinvestimento na esfera privada, em proveito do trabalho “autônomo”.

À exceção dos jovens que dispõem de meios para concretizar um projeto de auto realização no campo profissional, a maioria não encontra mais num emprego assalariado um modo satisfatório de auto realização (POCHMANN, 2000). Assim, se o emprego continua sendo uma dimensão central da identidade e a base da normalidade social, o trabalho não é mais considerado como o único modo de auto realização de si, ele tende a entrar em concorrência com outras experiências que lhe impõem seus próprios critérios.

3 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COMO POLÍTICA PÚBLICA DE CAPACITAÇÃO DE JOVENS PARA O MERCADO DE TRABALHO

As experiências dos países de capitalismo avançado no que tange às mudanças tecnológicas e organizacionais do trabalho, a partir de meados da década de 1980, possibilitaram a configuração de um mundo produtivo caracterizado por tendências como a flexibilização da produção e reestruturação das ocupações, integração de setores da produção, multifuncionalidade e polivalência dos trabalhadores, valorização dos saberes dos trabalhadores não ligados ao trabalho prescrito ou ao conhecimento formalizado (VASCONCELLOS; SILVA, 2015; COSTA, 2015).

É diante desse contexto que se tem fortalecido o debate teórico-ideológico em defesa da educação profissional, uma vez que nas sociedades modernas os contextos econômicos balizam e servem de fundamentos para a profissionalização da força de trabalho.

É cabível acrescentar, em razão do contexto acima apresentado e principalmente em detrimento da necessidade de se vencer as altas taxas de desemprego, que a política de educação profissional busca sustentação em pilares básicos como a mudança da natureza do trabalho, o valor do conhecimento para o sistema produtivo e a construção de saberes e competências (DEITOS; LARA, 2016).

Dentro do bojo de políticas públicas para a juventude, Jacinto (2010) profere destaque à educação profissional, que segundo o autor, pode ser explicada como aquela que geralmente faz parte da educação não formal, ou seja, ações com intencionalidade educativa que ocorrem fora do âmbito da escolaridade tradicional, uma vez que ela tem como objetivo oferecer uma formação profissional para o sujeito a fim de que esteja apto e ser inserido no mercado de trabalho.

O autor explica que a educação profissional no seu sentido estrito se desenvolveu a partir de institucionalidades e através de estratégias diversas, desde grandes Institutos Públicos de Formação Profissional de caráter tripartite ou bipartite, até os próprios Ministérios do Trabalho e da Educação. Esta oferta de formação inclui a capacitação dos grandes programas para

jovens e desempregados, que em geral, são cursos oferecidos por uma variedade de instituições cujos custos normalmente são cobertos por subvenções estatais e cuja avaliação é muito variada.

No Brasil, a educação profissional se organiza tradicionalmente em três níveis: formação inicial e continuada; formação técnica; e, formação tecnológica. A formação inicial e continuada sempre esteve mais vinculada ao mundo do trabalho e mais distante da estrutura principal do sistema educativo. Este primeiro nível se destina à qualificação inicial ou à requalificação de trabalhadores que empregados ou buscando um posto de trabalho, independentemente de sua escolarização formal. Esses cursos são de curta duração e oferecidos por instituições públicas, associações de empresários, sindicatos de trabalhadores e ONGs (JACINTO, 2010).

O ensino profissional de nível médio tem três diferentes modalidades: concomitante, subsequente e integrado (Decreto Lei N° 5.394 de 23 de julho de 2004). A primeira categoria, chamada de concomitante abrange ofertas nas quais estudantes de cursos de nível médio podem cursar simultaneamente a formação profissional num outro programa, dentro da própria instituição em que estudam, ou em outra instituição (BRASIL, 2004). De acordo com Jacinto (2010), nesse caso, a formação acontece de modo paralelo, não havendo integração curricular que articule numa única proposta a educação de jovens e adultos. Educação geral e formação profissional seguem no caso como instâncias estanques.

No segundo caso (subsequente) os estudantes cursam a formação profissional após terem concluído toda a sua formação básica de onze ou doze anos de escolaridade (oito ou nove anos de ensino fundamental, e três anos de ensino médio). Finalmente, a terceira categoria (integrado) incentivada pelo governo federal nos últimos anos, corresponde a estudos que articulam numa única proposta curricular de educação geral e formação profissional, sem redução de carga horária em nenhuma das duas instâncias (JACINTO, 2010).

A formação técnica pode ser caracterizada por se tratar de cursos de graduação que conferem o grau de tecnólogo. São abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente. Este tipo de curso é autorizado pelo Ministério da Educação (MEC) e, assim como os bacharelados

e licenciaturas, confere diplomas de graduação, possibilitando a continuidade dos estudos em especialização (lato sensu) e pós-graduação (stricto sensu) (BARATO, 2013).

Conforme aponta Barato (2013) a educação técnica e tecnológica no país tem quatro instâncias que têm histórias e características distintas, tais como: as redes estaduais de ensino técnico e tecnológico; o sistema “S” (SESI, SENAI e SENAC), a Rede Federal de educação tecnológica; e, as escolas e instituições privadas de ensino técnico e tecnológico.

Diante dessa diversidade de possibilidades, o jovem brasileiro encontra na formação profissional um meio mais rápido e acessível de conseguir uma formação e assim se enquadrar às exigências do mercado de trabalho (SENAI, 2013). Assim, Spósito (2005) defende a educação profissional como um diferencial que pode oferecer meios de se inserção social e crescimento profissional para os jovens.

Embora se reconheça os limites do impacto que a formação profissional pode trazer para a vida do jovem, esse modo de escolarização ganha um novo significado para juventude que ultrapassa a possibilidade de garantir um emprego ou um melhor futuro profissional, o acesso a esse tipo de formação passa a ser mais uma entre as poucas oportunidades para a juventude se sentir incluída no mundo atual (SPÓSITO, 2005).

Entretanto, é preciso considerar que a educação profissional no Brasil se originou com um caráter assistencialista, mais voltado para as classes menos favorecidas, com o objetivo de ensinar um ofício. Nesse sentido, Damasceno (2000) afirma que essa característica registrou um marco de dualidade na educação brasileira, uma vez que o ensino profissional foi historicamente voltado para as classes populares e o ensino superior para a elite.

Entretanto, apesar das percepções acerca da educação profissional se mostrarem pessimistas em relação a seu caráter complementar à educação regular, é cabível explicitar que:

Um em cada quatro brasileiros afirma estar frequentando ou já ter frequentado curso de educação profissional. Quando observado o corte por faixa de ensino, verifica-se que os cursos técnicos não são conflitantes com a educação regular, ao contrário, é possível observar uma complementaridade à medida que aqueles que mais buscaram

realizar um curso profissional foram os entrevistados com graus mais elevados de instrução: 42% dos entrevistados com grau superior fazem ou fizeram cursos de educação profissional, enquanto que para os entrevistados com até 4º série do ensino fundamental, esse percentual cai para 5% (CNI-IBOPE, 2014, p. 14).

Dessa forma, percebe-se que a educação profissional funciona como um vetor de impulsionamento, servindo como degrau para os próximos níveis de educação, em especial, para os sujeitos que, de forma mais urgente, precisam de uma renda mensal, via mercado de trabalho, para subsidiar-se financeiramente no ensino superior. Porém, evidencia-se um distanciamento entre as dimensões educação e trabalho que é instituída pela forma de sociabilidade do trabalho.

Segundo Spósito (2005) essa dualidade repercute até os dias de hoje, apesar de ser menos perceptível. Com o decorrer dos anos houve uma série de modificações no ensino profissional e esse passou a ser um discurso central nos governos como a garantia para o desenvolvimento e crescimento econômico do país.

Aqui, percebe-se o discurso, por parte do Estado, de que a educação profissional favorece a inserção do jovem no mercado de trabalho, uma vez que essa modalidade de ensino é vista como uma estratégia para responder as necessidades do modo de produção capitalista. Nesse sentido, a educação não é oferecida de forma igualitária para todos os jovens, visto que no que concerne ao ensino profissional, a tendência é que os cursos e até mesmo o interesse do público alterne de acordo com a economia local de cada região.

Diante disso, Frigoto (2004) afirma que a educação de crianças, adolescentes e jovens no Brasil, em geral, está subordinada à lógica do mercado, da diferenciação, da segmentação, da exclusão e também da crença de que o conhecimento é o principal recurso que estaria ao alcance de todos, através da educação, objetivando formar um trabalhador polivalente, que passa de um trabalho para outro, na perspectiva de atendimento a novas demandas e de novos processos de qualificação e requalificação da força de trabalho.

Todavia, acredita-se que o acesso à qualificação profissional amplia os horizontes da população jovem brasileira, de modo que não se pode desprezar o compromisso que se constrói com a preparação de jovens para o trabalho, no

que a formação ganha lugar importante na contemporaneidade, compreendida como forma de preparação para a vida e trabalho, aliando isso à permanência no sistema de ensino e construção do futuro, fomentando habilidades e aptidões.

Neste sentido, Brasil (2007, p. 45) defende que

formar profissionalmente não é preparar exclusivamente para o exercício do trabalho, mas é proporcionar a compreensão das dinâmicas socioprodutivas das sociedades modernas, com as suas conquistas e os seus revezes, e também habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões, sem nunca se esgotar a elas.

Por outro lado, dados do IPEA, para o ano de 2014, revelam que os resultados anunciam que a formação profissional, ainda não respondeu à demanda dos jovens que buscam por oportunidade de profissionalização e inserção no mercado de trabalho, além de que os jovens evadem para inserção precoce no mercado de trabalho, com vínculos precários e desprotegidos, num contexto em que os jovens representam 54% do total de desempregados, sendo que a capacitação aparece como fator limitador para a empregabilidade.

Segundo as análises da instituição, isso é resultado das limitações que os cursos de formação apresentam, visto que a maior demanda dos próprios jovens no serviço socioeducativo é por qualificação profissional ou encaminhamento para estágios e atividades remuneradas. Além disso, existe a dificuldade das políticas de formação profissional se articular com outras políticas que visem também absolver a demanda de trabalhadores jovens, que buscam uma oportunidade de emprego.

Diante dessas determinações, Frigotto (2004) observa que a educação profissional continua buscando conquistar seu espaço de atuação e a confiança da sociedade, apresentando-se como instrumento de formação de pessoas que, mais do que se preparar para uma profissão, por meio dela, conheceram-se sujeitos de sua própria história e da história da humanidade, incidindo de forma peculiar sob a juventude brasileira. Todavia, essa perspectiva não condiz com as percepções da sociedade acerca da educação profissional, conforme será abordado no tópico subsequente.

Nessa perspectiva, considerando a peculiaridade da fase juvenil, a educação profissional cumpre papel de orientação na forma como se organiza a vida trabalhista desse segmento, podendo, hora estar voltada para o mercado de trabalho, hora para a dimensão pedagógica. As tendências variam de acordo com cada período histórico e suas respectivas determinações econômicas, políticas, sociais e culturais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, portanto, que o segmento social juvenil, no contexto brasileiro, sofre de forma peculiar com as mudanças sofridas no mundo do trabalho, considerando que a realidade de um país em desenvolvimento é mais hostil com os segmentos sociais que, por muito tempo, foram esquecidos e marginalizados.

Nesse viés, a educação profissional apresenta-se como uma política pública que tem avançado e contribuí de forma direta para a mudança da realidade da juventude por intermédio da qualificação para o trabalho. Porém, mesmo reconhecendo os avanços, é notório que ainda há muito o que melhorar, principalmente no que diz respeito à natureza qualitativa do trabalho destinado aos jovens e a articulação entre educação formal e profissional.

Nesse bojo, os desafios postos à educação profissional frente a colocação dos jovens no mercado de trabalho representam várias falhas estruturais que extrapolam a dimensão da referida política, mas que se expressam de forma mais clara durante sua execução. À juventude, portanto, deve ser oferecida além das oportunidades de profissionalização, mas também oportunidade de se realizarem enquanto indivíduos que prescindem de uma educação não só para o trabalho, mas para a vida em sociedade.

REFERÊNCIAS

BAJOIT, Guy; FRANSSEN, Abraham. O trabalho: busca de sentidos. In: PERALVA, Angelina; SPÓSITO, Marília Pontes (Orgs.). Juventude e contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5-6, p. 15-24, 2007.

BALARDINI, Sergio (Org.) **Participação Social e Política da Juventude em busca de um novo ciclo**. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

BARATO, J. Educação Técnica y Tecnológica pós-secundária: tendências enfoques e desafios no Brasil. In: JACINTO, C. (Coord). **Incluir a Juventudes: metas para a Educação Técnica na América Latina**. [S.I]: UNESCO, 2013.

BAVA, Augusto Caccia; COSTA, Dora Isabel Paiva da. O lugar dos jovens na história brasileira. In: _____. **Jovens na América Latina**. São Paulo, Escrituras Editoras, 2004. p. 63- 114.

BRASIL. **Educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio**. Brasília, DF: MEC; SETEC, dez. 2007.

BRASIL. Decreto Lei Nº 5.394 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Ministério da educação**, Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 30 maio 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio**. Comissão: Adeum Hilário Sauer, Francisco Aparecido Cordão, José Fernandes de Lima, Mozart Neves Ramos. Processo n. 23001.000136/2010-95. Parecer CNE/CEB n. 11/2012. Brasília: MEC; SETEC; CNE; CEB, 2012. Aprovado em: 9 maio 2012.

BRASIL. Organização Mundial do Trabalho. **O emprego dos jovens: caminhos para aceder a um trabalho decente**. Disponível em: <[http://oit.org.pe/WDMS/bib/publ/serie_digital/sbtd_1\[2010\].pdf](http://oit.org.pe/WDMS/bib/publ/serie_digital/sbtd_1[2010].pdf)>. Acesso em: 13 maio 2018.

CARVALHO, Joari Aparecido Soares de. **Alguns aspectos da inserção de jovens no mercado de trabalho no Brasil**: concepções, dados estatísticos, legislação, mecanismos de inserção e políticas públicas. 2004 Disponível em: <<http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/146.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2018.

CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni. **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Texto para Discussão IPEA, n. 1335, Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1335.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2018.

CNI-IBOPE. **Retratos da sociedade brasileira**: educação profissional: janeiro 2014 /Confederação Nacional da Indústria. Brasília: CNI, 2014.

COSTA, J. H. Inovação organizacional, flexibilização e precarização: dilemas da qualidade de vida no trabalho. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, [S.l.], n. 30, oct./dic., 2015.

COSTA, J. S. M; OLIVEIRA, L. F. B. Perfil educacional dos jovens: atrasos e fluxo escolar. In: CORSUELI, H; BOTELHO, R. U. (Org.). **Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: IPEA, 2014. 324p.

DAMASCENO, M. Nobre. Entre o sonho e a realidade: os jovens e as relações com o mundo do trabalho. **Revista Educação em Debate**, Fortaleza, v. 21, n. 39, 2000.

DEITOS, Roberto Antonio; LARA, Ângela Mara de Barros. Educação profissional no Brasil: motivos socioeconômicos e ideológicos da política educacional. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 21 n. 64, jan./mar., 2016.

FRESNEDA, Betina; BOTELHO, Luanda. Produção internacional e nacional de indicadores para a juventude: um enfoque sobre os jovens que não estão ocupados, não estudam, nem estão em treinamento. In: SIMÕES, A.; ATHIAS, L.; BOTELHO, L. (Org.) **Panorama nacional e internacional da produção de indicadores sociais**: grupos populacionais específicos e uso do tempo. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2018. 352 p.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, Trabalho e Educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, Regina e VANUCHI, Paulo. **Juventude e sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4. ed. Brasília: Ipea, 2011.

JACINTO, C. Os protagonistas da expansão do ensino secundário. **Em Anais da educação comum**, Buenos Aires, no terceiro século, ano 2 , n. 5, 2010.

KNAUTH, Daniela et al. As trajetórias afetivo-sexuais: encontros, uniões e separação. In: HEILBORN, Maria Luiza et al. (Org.). **O aprendizado da sexualidade**: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Garamond e Fiocruz, 2006.

LOBATO, Ana Laura; LABREA, Valéria Viana. Juventude e Trabalho: Contribuição para o Diálogo com As Políticas Públicas. In: IPEA. **Mercado de trabalho**: conjuntura e análise, Brasília: Ipea: MTE, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt55_completo.pdf>. Acesso em: 20 maio 2018.

POCHMANN, Márcio. **A batalha pelo primeiro emprego**. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências**: autonomia ou adaptação? 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SENAI. Departamento Nacional. **Metodologia SENAI de educação profissional**. Brasília: SENAI/DN, 2013.

SPÓSITO, M.; CARRANO, P. C. Juventude e políticas públicas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, set./dez. 2007.

SPÓSITO, Marília Pontes. Juventude e Educação: interações entre a educação escolar e a educação não-formal. **Revista educação e realidade**, Porto Alegre, v. 33, n. 2, jul./dez., 2008.

_____. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: H. Abramo & P. P. M. Branco (Org.). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 87-128.

VASCONCELLOS, M. A.; SILVA, R. H. O mundo do trabalho, a moral e as transformações do capitalismo. **Aedos**, Porto Alegre, v. 7, n. 17, p. 190-210, dez. 2015.